

O ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DA APICULTURA DE MATO GROSSO: EVOLUÇÃO RECENTE E NECESSIDADE DE AJUSTES

Dilamar Dallemole⁸⁹
Alexandre Magno de Melo Faria⁹⁰
Wladimir Colman de Azevedo Junior⁹¹
Vallência Máira Gomes⁹²

RESUMO

Este estudo tem como escopo central avaliar as ações desencadeadas pelas instituições locais junto ao APL da Apicultura de Mato Grosso, avaliando se estão em consonância com o conceito e a metodologia desenvolvida pela Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais (REDESIST). Ainda, visa delimitar os espaços onde a atividade apresenta-se especializada e se estes locais coincidem com a delimitação territorial do arranjo realizada pelo SEBRAE. Para isso, foram utilizados dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para estimar o Índice de Concentração Normalizado (ICN), capaz de determinar a base territorial que realmente possui alguma especialização na referida atividade. Tal procedimento, também, revelou que apenas 43% dos municípios apoiados possuem alguma especialização e que os mesmos não compõem uma região, mas sim, grupos de municípios dispersos por todo o estado Mato-grossense.

Palavras-chave: Arranjo Produtivo Local; Apicultura; Especialização.

ABSTRACT

This study has the objective to assess the main actions initiated by local institutions in favor of the APL of Beekeeping in Mato Grosso, assessing whether they are in line with the concept and methodology developed by the Research Network Systems and Innovative Clusters and Local (REDESIST). Still, it seeks to delimit the areas where the activity is specialized and if these sites are in line with the delimitation of territorial arrangement made by SEBRAE. For this, we used data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), to estimate the Normalized Concentration Index (NCI), capable to determinate the territorial base that actually has some expertise in that activity. This procedure also revealed that only 43% of municipalities have supported some expertise and that they do not comprise a region, but rather groups of towns scattered throughout the state of Mato Grosso.

Keywords: Local Productive Arrangement; Beekeeping; Specialization.

⁸⁹Doutor em Ciências Agrárias. Email: ddilamar@hotmail.com.

⁹⁰Doutor em Desenvolvimento Socioambiental. Email: melofaria@hotmail.com.

⁹¹Graduando de Economia. Email: wladcolman@yahoo.com.br.

⁹²Graduando de Economia. Email: vall_maira@hotmail.com.

1. INTRODUÇÃO

Com vistas ao desenvolvimento regional, as instituições de governo canalizam esforços no sentido de fomentar atividades produtivas locais que apresentem alguma sincronia com formas de organização socioeconômica, materializadas ou não por estudos técnico-científicos. Especificamente, no caso deste estudo, esta base é contemplada pelo conceito de Arranjos Produtivos Locais⁹³ (APLs), tidos como uma estrutura sócio-produtiva capaz de gerar sinergia entre diversos segmentos produtivos, inseridos ou não em uma mesma cadeia produtiva.

As principais instituições de governo do estado de Mato Grosso, além de associações, sindicatos, instituições de fomento e federações operam considerando o referido conceito, na tentativa de fomentar algum tipo de produção tida como diferenciada em uma determinada região, mas que ainda não se consolidou no mercado. Especificamente, para este estudo, o horizonte de análise está voltado para o setor apícola, com características diferenciadas em relação a outros estados do país, por estar localizado em uma área de significativa riqueza ambiental, como é o caso do Pantanal Mato-grossense.

Este APL encontra-se registrado no GTP-APL/MDIC⁹⁴ como prioritários para Mato Grosso. Os atores regionais envolvidos são os apicultores da Região Sudoeste do estado de Mato Grosso (região pantaneira), com ênfase em produtores integrantes de associações e cooperativas. A gestão deste APL é realizada pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), a qual teve início no mês de Maio de 2006 e findou em Março de 2009. Após essa data, o arranjo é autogerido pelos próprios produtores e por meio das referidas entidades de classe.

De acordo com o SEBRAE, trata-se de uma atividade com ligeira expressão regional, por isso este estudo pretende esclarecer melhor as relações desta atividade com a sócio economia local, por meio de sua caracterização, mapeamento e capacidade de gerar impactos econômicos, sociais e ambientais.

Neste contexto, o conceito de APL definido pela Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais⁹⁵ (REDESIST), considera dentre as principais características, o senso associativista e cooperativista existente em

⁹³ São aglomerados de agentes econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, com foco em um conjunto específico de atividades produtivas e que apresentam vínculos expressivos de interação, cooperação e aprendizagem.

⁹⁴ Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

⁹⁵ Rede de Pesquisa sobre APL, vinculada a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

determinada atividade local, em que os agentes econômicos ali inseridos são especializados na produção de algum produto ou serviço. O conceito abordado define APL como “aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais - com foco em um conjunto específico de atividades econômicas, neste caso a apicultura - que apresentam vínculos entre si, mesmo que incipientes” (LASTRES e CANSSIOLATO, 2003).

Dessa forma, espera-se o emprego de uma base conceitual semelhante para a definição de políticas de mobilização da referida atividade, visando a operacionalização dos incentivos ofertados pelo estado para, com isso, promover o desenvolvimento da região em questão. Os fatores que evidenciam a necessidade da aplicação de políticas de incentivo dependem das especificidades de cada região e de cada APL, o que implica na necessidade de formalizar políticas heterogêneas de forma a melhor direcionar os recursos públicos e o fortalecimento institucional da região.

Assim, no primeiro momento, são analisadas as principais políticas institucionais direcionadas ao referido arranjo, no sentido de identificar sua capacidade de fortalecimento do associativismo e adensamento necessários para a consolidação de um APL, de acordo com a base técnico-conceitual informada. O objetivo é avançar a análise até o limite mais próximo da definição de um APL, no sentido de tentar aferir o nível em que a atividade apícola está estruturada no Pantanal Mato-grossense.

Na sequência, faz-se necessário identificar os espaços mais dinâmicos ocupados pela apicultura, dos quais se espera a capacidade de engendramento e adensamento desta atividade produtiva, com fortalecimento do tecido social. Como instrumento de identificação da localização (mapeamento) de potenciais arranjos produtivos locais da apicultura, por meio da seleção de espaços geográficos especializados na produção apícola, foi estimado o Índice de Concentração Normalizado⁹⁶ (ICN).

2. ASPECTOS CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS

A opção pelo estímulo ao desenvolvimento regional, por meio do incentivo ao desenvolvimento de APLs, é justificada pelas características apresentadas por este modelo de organização sócio-produtivo. De acordo com Lastres; Cassiolato (2003), um APL caracteriza-se por aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, focados em um conjunto específico de atividades econômicas, com algum tipo de vínculo e/ou interdependência, além do senso associativista.

⁹⁶ Trata-se de um indicador que serve como medida ponderada, capaz de selecionar espaços geográficos que apresentam atividades sócio-produtivas em níveis diferenciados.

Um APL pode ser constituído por agentes distintos, ou seja, por empresas produtoras de bens e serviços, instituições públicas e instituições privadas, bem como, produtores primários em geral, desde que estejam agindo de forma coordenada e em constante interação.

Ainda, para Cassiolato; Lastres (2003), o foco em APL permite sanar algumas lacunas da análise regional tradicional que empregam análises setoriais, desconsiderando as especificidades locais das diferentes atividades, tendo em vista que as dinâmicas produtivas variam muito de acordo com a localização.

Um APL para ser competitivo não pode se restringir a um único setor, mas sim interagir com toda a cadeia produtiva. Necessita incluir técnicas avançadas de gestão em todos os aspectos produtivos, com controle de qualidade, além de atividades ligadas à geração, aquisição e difusão de conhecimento e tecnologia (CASSIOLATO; LASTRES, 2003).

Trata-se de um modelo de desenvolvimento que possui praticamente todas as características importantes verificadas no atual cenário competitivo solidificado após a globalização. Sendo assim, a consolidação desta metodologia operacional, adotada pelas principais instituições de Mato Grosso, para o setor apícola torna-se um imperativo. Para tanto, é necessário um estudo amplo e detalhado, no intuito de identificar em que estágio o APL Apícola se encontra, considerando as principais características do modelo já informadas.

Todavia, este estudo limita-se apenas a analisar as questões socioeconômicas, considerando a localização, o desenvolvimento da atividade no estado e as ações desencadeadas junto ao arranjo. As ferramentas aqui empregadas não são capazes de mensurar o grau de associatividade (somente detecta sua existência) e de difusão tecnológica no referido APL, assim como seu nível de gestão e competitividade no mercado. Portanto, as conclusões permitirão definir apenas a existência de um potencial APL de Apicultura na região informada, que caso se confirme, necessitará de estudos mais aprofundados a cerca dos fatores informados.

A alternativa selecionada para a identificação dos espaços especializados na produção apícola é a utilização de metodologias de localização espacial empregadas em análises de economia regional. Especificamente para este estudo, primou-se pela estimativa do Índice de Concentração Normalizado (ICN), que possibilita a identificação dos municípios especializados na produção do mel em todo o estado. A referida metodologia utiliza-se da ponderação de três índices relacionados ao grau de especialização municipal, a comparação da produção municipal em relação a produção estadual ponderada pela estrutura produtiva dividida pela estrutura produtivas do estado, além da captação da importância da produção municipal em relação a estadual.

O ICN é uma média ponderada entre o Quociente Locacional – QL, o Índice de Hirschman-Herfindahl - IHH e o Índice de Participação Relativa – PR, em que o peso de cada indicador é calculado com base na análise de componentes principais.

De acordo com Santana (2004), a primeira característica é determinada pelo Quociente Locacional – QL, que permite identificar o nível de especialização de certa atividade no município em questão. O QL é definido pela seguinte expressão matemática:

$$QL = \left(\frac{E_{ij}/E_j}{E_{iA}/E_A} \right) \quad (1)$$

O numerador apresenta os dados referentes ao município, em que o E_{ij} corresponde ao valor da produção de mel no município j e o E_j representa o valor da produção de todas as atividades que constam no município j (PIB municipal). No denominador estão representados os dados de Mato Grosso, em que o E_{iA} representa o valor total da produção de mel em Mato Grosso e o E_A o representa o valor total da produção de todas as atividades que constam no referido estado (PIB de Mato Grosso).

Cabe ressaltar, de acordo com Crocco et al. (2003), que um Quociente Locacional - $QL > 1$ pode apenas indicar uma diferenciação produtiva da atividade, pois podem haver assimetrias entre os municípios da região, além da alta representatividade de uma empresa no município.

Para atenuar problemas desta natureza integra-se ao cálculo do ICN o Índice de Concentração de Hirschman-Herfindahl - IHH, definido pela seguinte expressão matemática:

$$IHH = \left[\left(\frac{E_{ij}}{E_{iA}} \right) - \left(\frac{E_j}{E_A} \right) \right] \quad (2)$$

O IHH permite comparar o peso da atividade i do município j no setor i de Mato Grosso em relação ao peso da estrutura produtiva do município j na estrutura do estado. Se o valor for positivo, a atividade i do município j no estado está mais concentrada neste local, tendo maior poder de atração econômica, devido ao seu nível de especialização (SANTANA, 2004).

O terceiro componente do ICN, denominado Índice de Participação Relativa – PR, capta a importância da atividade i do município j no total representado pela atividade i em Mato Grosso. O PR é determinado pela seguinte expressão matemática:

$$PR = \left(\frac{E_{ij}}{E_{iA}} \right) \quad (3)$$

Este indicador deve variar entre zero e um; quanto mais próximo de um, maior a representatividade da atividade em Mato Grosso.

Estes três indicadores subsidiarão a composição do Índice de Concentração Normalizado – ICN, expresso pela seguinte expressão matemática:

$$ICN_{ij} = \theta_1 QL_{ij} + \theta_2 IHH_{ij} + \theta_3 PR_{ij} \quad (4)$$

Os pesos Θ para cada um dos indicadores foram determinados pelo método de análise de componentes principais, em que a matriz de correlações “revela a proporção da variância da dispersão total da nuvem de dados gerada, representativa dos atributos de aglomeração, que é explicado por esses três indicadores” (SANTANA, 2004). Tal análise obtém a partir das variáveis do modelo (QL, IHH, PR) a combinação linear das mesmas, produzindo para cada um dos 141 municípios os componentes:

$$Z_i = a_{i1}QL + a_{i2}IHH + a_{i3}PR \quad (5)$$

em que a serão os pesos para os i municípios que variam sujeitos a condição:

$$a_{i1}^2 + a_{i2}^2 + a_{i3}^2 = 1 \quad (6)$$

Para obter as variâncias associadas a cada componente e os coeficientes das combinações lineares a técnica dos componentes principais utiliza a matriz de covariância das variáveis, obtidas por meio do software estatístico SPSS. As variâncias dos componentes principais são os autovalores desta matriz, enquanto os três coeficientes a_{i1} , a_{i2} e a_{i3} são os seus autovetores associados. Mais detalhes acerca da parte econométrica do modelo podem ser obtidas em Crocco et al (2003), Santana (2004) e Santana e Santana (2004).

Para o cálculo do ICN empregado foi considerado o valor da produção de mel de abelha disponível no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), assim como o PIB dos municípios e de Mato Grosso, para o ano de 2007.

3. A ATIVIDADE APÍCOLA EM MATO GROSSO

A atividade apícola teve seu início na referida região em meados da década de 1980, nos municípios de Cáceres, Pontes e Lacerda, Vila Bela da Santíssima Trindade, Salto do Céu e Jauru, que em conjunto produziram em 1985, 1.940 Kg de mel, 11% da produção estadual.

Em Cáceres a produção se iniciou através da interação entre alguns moradores que, ao ter acesso a informações sobre o setor, decidiram conjuntamente iniciar a produção para atendimento do mercado local. Nos anos seguintes a produção deste grupo veio crescendo paulatinamente, seja através do aumento da produtividade, ou pela inserção de novos produtores.

De acordo com dados do Sistema de Informação da Gestão Estratégica Orientada para Resultados (SIGEOR)⁹⁷, a base territorial do APL é formada pelos municípios de Araputanga, Cáceres, Campos de Júlio, Comodoro, Conquista d'Oeste, Curvelândia, Figueirópolis d'Oeste, Glória d'Oeste, Indiavaí, Jauru, Lambari d'Oeste, Mirassol d'Oeste, Nova Lacerda, Poconé, Pontes e Lacerda, Porto Esperidião, Reserva do Cabaçal, Rio Branco, Salto do Céu, São José dos Quatro Marcos, Vale de São Domingos e Vila Bela da Santíssima Trindade.

Cabe ressaltar que existe discrepâncias em relação à base territorial deste APL no GTP-APL, em que o SEBRAE inclui Campos de Júlio e Poconé, que não integram as ações do APL no MDIC. Quanto ao público-alvo, estão registradas cinco empresas de micro e pequeno porte, uma de médio porte e uma de grande porte, além de 200 apicultores, com um volume de produção estimado em 61 toneladas/ano, aproximadamente.

Conforme definido pelo SEBRAE, o objetivo geral do APL é ampliar a produção dos produtos apícolas da Região Sudoeste do estado de Mato Grosso, para inserção nos mercados local e estadual, de forma competitiva e sustentável. O foco estratégico do SEBRAE visa as seguintes metas: *i)* formação de uma infraestrutura tecnológica na região pantaneira; *ii)* organização do sistema de produção; *iii)* expansão da atividade apícola; *iv)* comercialização; *v)* governança e cultura de cooperação e *vi)* gestão empresarial.

Em Maio de 2006, quando houve o início da gestão pelo SEBRAE, foi firmado um acordo de resultados, em que as instituições parceiras se comprometeram a realizar ações para o alcance das metas propostas. A primeira delas ocorreu logo no referido mês, quando uma missão técnica de produtores da região foi ao 16º Congresso Brasileiro de Apicultura, ocorrido entre 22 e 25 do mesmo mês, em Aracaju (SE). Do ponto de vista técnico-operacional, o resultado da interação com outros apicultores permitiu a disseminação ao nível regional do manual técnico para manejo das caixas de abelhas no Padrão LANGSTROH⁹⁸; uma importante transferência de tecnologia e capacitação dos apicultores regionais.

A ação estruturada para fortalecimento e adensamento do APL gerou a eleição de metas para ações intermediárias e finalísticas. Duas metas finalísticas foram propostas: *i)* aumentar a produção de mel de 61 toneladas ano para 130 e *ii)* alcançar até o referido período a venda de pelo menos 20% da produção local em outras regiões do estado de Mato Grosso. Além disso, outras três ações

⁹⁷ Corresponde a uma base de informações compiladas periodicamente pelo SEBRAE para avaliar o desempenho dos arranjos produtivos por ele geridos.

⁹⁸ Trata-se de uma estrutura definida para a colmeia que separa o ninho da parte onde é produzido o mel, respeitando o espaçamento de trabalho necessário para as abelhas e facilitando os procedimentos para a coleta do mel.

intermediárias foram definidas: *i)* aumentar número de apicultores de 200 para 300; *ii)* elevar a produtividade média em 12%, partindo de 25 quilos/colmeia/ano em 2005 para 28 quilos/colmeia/ano em 2008 e *iii)* aumentar o número de colmeias de 3.468 para 5.500. Todas estas metas estavam previstas para serem alcançadas até Dezembro de 2008.

Também, para alcançar as referidas metas, a Secretaria de Indústria, Comércio, Minas e Energia (SICME) assinou o Convênio n.º 026/2008 com o SEBRAE, no valor de 100 mil reais (recursos do FUNDEIC)⁹⁹, com contrapartida de 20 mil reais do próprio SEBRAE para a realização das seguintes ações junto ao APL: acesso ao mercado varejista, semana do mel na Rede Varejista, acesso a feiras e eventos e inovação tecnológica nos processos produtivos.

Entretanto, existem dificuldade no que se refere a mensuração de resultados do APL, pois das cinco metas o único indicador disponibilizado pelo SEBRAE é o volume de produção. Em Dezembro de 2006 foi registrada a produção de 67,3 toneladas de mel, com 180 apicultores e uma média de 374 quilos por apicultor. Já em 2007 foi registrada a produção de 93,7 toneladas de mel com 155 apicultores apenas. Uma expansão total de 39%, com uma média de 604 quilos por apicultor.

Outro fator que compromete a avaliação deste arranjo é a falta de consenso no que se refere ao número de apicultores. No relatório do SEBRAE estão registrados apenas os apicultores que forneceram informações sobre a produção, no total de 171 produtores em 2008 (5% a menos em relação a 2006), número este que exclui aqueles atores que possuem estrutura produtiva e não forneceram mel aos entrepostos do APL. No relatório da SICME, sobre recursos aportados nos APLs, há o registro de 282 apicultores, representando uma expansão de 41% em relação aos 200 produtores inicialmente verificados em 2006 e registrados no GTP-APL.

Apesar dos indicadores não apresentarem os resultados esperados, o APL de Apicultura tem potencial de expansão e fortalecimento. Em Mato Grosso há o registro de 1.135 apicultores, 30 associações, uma cooperativa, uma federação, seis casas de mel e três entrepostos. No território do APL, estabelecido pelo SEBRAE, encontram-se 280 apicultores e seis associações, o que representa 25% dos produtores e 20% das associações de apicultores de Mato Grosso.

O alargamento do território e o estreitamento das relações entre as associações de produtores e as instituições participantes da governança podem adensar os diversos segmentos produtivos que compõe o arranjo. Segundo informações da Federação das Entidades Apícolas de Mato Grosso (FEAPISMAT),

⁹⁹ Fundo criado pela Lei n.º 4.874, de 10 de julho de 1985, atualmente regido pela Lei n.º 8.938, de 22 de julho de 2008, com o objetivo de financiar as micro e pequenas empresas industriais, comerciais e de turismo instaladas ou que vierem a se instalar em Mato Grosso.

a produção anual é de 270 toneladas, utilizando 10.600 colmeias, com produtividade de 25,5 quilos de mel por colmeia/ano. A meta do APL era elevar a produtividade para 28 quilos/colmeia/ano através de inovações tecnológicas e de manejo, o que representaria uma expansão de aproximadamente 10% no volume produzido sem expansão absoluta da estrutura produtiva. O volume total poderia alcançar 297 toneladas somente com novas tecnologias e alterações no manejo.

A abordagem de APL tem fortalecido a ação coletiva, verificada pela criação no território do APL da Apicultura da Cooperativa de Apicultores do Mato Grosso (COAPISMAT), localizada em Conquista D'Oeste (570 km de Cuiabá). Com 43 associados, é a primeira cooperativa de Mato Grosso a ter um entreposto com o Selo de Inspeção Estadual (SISE). De acordo com informações da COAPISMAT, em 2008, a produção desta cooperativa chegou a 22 mil toneladas (representando 32% da produção do APL). Um dos principais fatores desta expansão foi a inserção do mel na merenda escolar de alguns municípios de Mato Grosso.

Um segundo entreposto de mel foi financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em convenio com a prefeitura municipal de Cáceres. Os valores investidos foram na ordem de 270 mil reais pelo MDA e 16 mil reais pela Prefeitura de Cáceres, sem contabilizar o valor do terreno. Com mais uma unidade de processamento, com o selo de inspeção Estadual (SISE) e Federal (SIF), ampliaram-se as condições de competição do segmento apícola na região e em outros mercados.

Inicialmente, as ações propostas eram apoiadas por 19 instituições, além das prefeituras de cada município integrante do arranjo. As instituições que declararam apoio foram Banco do Brasil, Banco da Amazônia, MT Fomento, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT), Instituto Federal de Mato Grosso (IFET) unidade de Cáceres, Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (EMPAER), Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso (INDEA), Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural (SEDER), Secretaria de Indústria, Comércio, Minas e Energia (SICME), Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (SECITEC), MT Regional, Federação das Entidades Apícolas de Mato Grosso (FEAPISMAT), Cooperativa de Apicultores de Mato Grosso (COAPISMAT), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) (SIGEOR, 2009).

No entanto, apenas dez instituições, além dos próprios apicultores e da unidade estadual do SEBRAE, auxiliaram efetivamente na execução das ações. A implementação da ação relativa a Inovação Tecnológica, visando a capacitação dos produtores e possíveis produtores através de cursos e envio de missões tecnológicas, com o objetivo de expansão da produção e de criação de novos

produtos, contou apenas com a execução do próprio SEBRAE e da disponibilização financeira dos Apicultores. Outra ação visando a capacitação dos apicultores foi implementada pelo SEBRAE Nacional e visava a capacitação empreendedora dos produtores (SIGEOR, 2009).

Tem-se ainda outra ação objetivando a criação do Calendário da Florada Apícola da região, executada pela UNEMAT e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT), buscando a identificação dos períodos de florada de cada espécie nativa, além da ação que visava o Melhoramento Genético da Abelha Rainha, executada e financiada pela UNEMAT. Estas ações foram essenciais para a especialização da produção, pois permitiram o conhecimento das épocas e dos lugares que as colmeias devem estar dispostas para que se tenha a qualidade e tipo de mel pretendido, além de aumentar a produtividade por abelha.

Foram elaboradas outras três ações visando melhorias técnicas durante o processo de manejo e de beneficiamento do produto. A primeira delas foi executada pela UFMT, com recursos próprios e visava a realização de pesquisas sobre a sanidade apícola e da qualidade do mel extraído na região. Outra ação trouxe o INDEA como executor de orientações técnicas do projeto de construção do Entrepasto e da Casa de Mel, segundo os padrões exigidos pelo MAPA para certificação do produto e contou com o custeio do próprio INDEA e parte pela EMPAER.

A construção dos Entrepastos e da Casa de Mel em Cáceres foi executada pela Prefeitura Municipal e financiada pelo Ministério da Integração Nacional (MIN) e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo que a Casa de Mel está com seu projeto paralisado no MIN aguardando a autorização do órgão para a realização do Consórcio municipal em Conquista D'Oeste, onde as duas construções foram viabilizadas pelo MIN e pelo MDA.

Duas ações foram direcionadas para a viabilidade da produção: a primeira ficou a cargo da FEAPISMAT e diz respeito a facilitação do acesso ao crédito para expansão da produção na região; a segunda diz respeito a participação em feiras regionais e estaduais buscando a promoção do projeto e prospecção de mercado de forma a auxiliar o acesso do produto aos consumidores. Esta ação foi realizada e financiada pelo SEBRAE e pelos apicultores.

No campo de auxílio administrativo do arranjo foram implantadas duas ações: uma foi executada pela FEAPISMAT e buscava o fortalecimento da governança do arranjo, por meio da realização de reuniões periódicas, visando a cooperação e o associativismo, além de acompanhar o andamento das ações e metas iniciais. A segunda ficou a cargo do SEBRAE e vislumbrava a

disponibilização de pessoal para o fornecimento de informações e orientações sobre a atividade apícola.

O projeto conseguiu integrar 22 municípios e organizar uma sede, localizada em Cáceres. O SEBRAE passou a exercer valorosa importância para os produtores da região, haja vista a maior facilidade de disponibilização financeira e política para a obtenção de orientações técnicas e o auxílio para obtenção da certificação sanitária.

A instauração do APL proporcionou a articulação de incentivos públicos para auxiliar a expansão do setor. Esta articulação pode ser observada através do repasse de R\$ 367.300,00 pelos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional para a construção do Entrepasto de Cáceres e de Conquista D'Oeste, além da Casa do Mel de Porto Esperidião. A realização destas construções também contou com o apoio das prefeituras municipais, que assim como a de Cáceres, doaram o terreno para a efetivação da conclusão da construção (FARIA, *et al* 2009).

Em atenção a ação relativa a facilitação de obtenção de microcrédito para os apicultores, a FEAPISMAT, representando os atores do APL, consegue através do SEBRAE uma parceria com o MT Fomento, criando o MTF Apicultura, com o objetivo de apoiar a produção apícola em todo o estado através da liberação de crédito de até R\$ 3.000,00 para pessoas físicas e R\$ 30.000,00 para Associações e Cooperativas. Esse recurso foi importante para a viabilização do aumento da produção, dado pela ampliação do número de colmeias (FARIA, *et al* 2009).

Para cumprir as ações referentes a inovação tecnológica e acesso ao mercado, além da realização da semana do mel na Rede Varejista, o SEBRAE firma o convênio de número 026/2008 com a SICME, por meio do qual acordam a liberação de R\$ 20.000,00 por parte do SEBRAE e R\$ 100.000,00, retirado do Fundo de Desenvolvimento Industrial e Comercial (FUNDEIC), pela SICME (FARIA, *et al* 2009).

A política pública de maior impacto sobre o setor veio por parte do governo do estado sob o Decreto nº 8.048 de 31 de Agosto 2006, isentando o pagamento do ICMS do mel e seus derivados em estado natural, aumentando a atratividade do produto estadual graças ao baixo preço ocasionado pela redução do imposto.

De forma geral, os impactos gerados por estes incentivos foram de significativa importância para o crescimento da produção estadual que de 2006 (ano de início do arranjo gerido pelo SEBRAE e de início da oferta do incentivo pelo estado) à 2008 registrou um acréscimo de, aproximadamente 35%, chegando ao montante de 493,8 toneladas. O incremento gerado neste intervalo de tempo corresponde a R\$ 1.387.000,00, valor que representa cerca de 0,36% do PIB de 2006.

4. MAPEAMENTO DO APL APÍCOLA DO PANTANAL MATOGROSSENSE

Os dados empregados para a elaboração do mapeamento dos municípios produtores consideram os 141 municípios do estado de Mato Grosso, dos quais apenas 62% apresentaram alguma produção de mel em 2007. Entretanto, o APL de Apicultura de Mato Grosso fora delimitado pelo SEBRAE em 2006, de acordo com critérios próprios, diferente da empregada pela REDESIST, que embasa este estudo. Devido a isso, os resultados apresentam-se distintos, culminando em localizações dispersas, no que se refere à composição do APL.

No primeiro momento foi elaborado o mapa com os municípios que, de acordo com o SEBRAE, compõem o APL de Apicultura em Mato Grosso. Na Figura 1 estão plotados os 21 municípios que são apoiados pelas políticas institucionais, todos localizados na Região Sudoeste do estado.

Nesta lista estão os municípios de Araputanga, Cáceres, Campos de Júlio, Comodoro, Conquista D'Oeste, Curvelândia, Figueirópolis D'Oeste, Glória D'Oeste, Jauru, Lambari D'Oeste, Mirassol D'Oeste, Nova Lacerda, Poconé, Pontes de Lacerda, Porto Esperidião, Reserva do Cabaçal, Rio Branco, Salto do Céu, São José dos Quatro Marcos, Vale de São Domingos e Vila Bela da Santíssima Trindade.

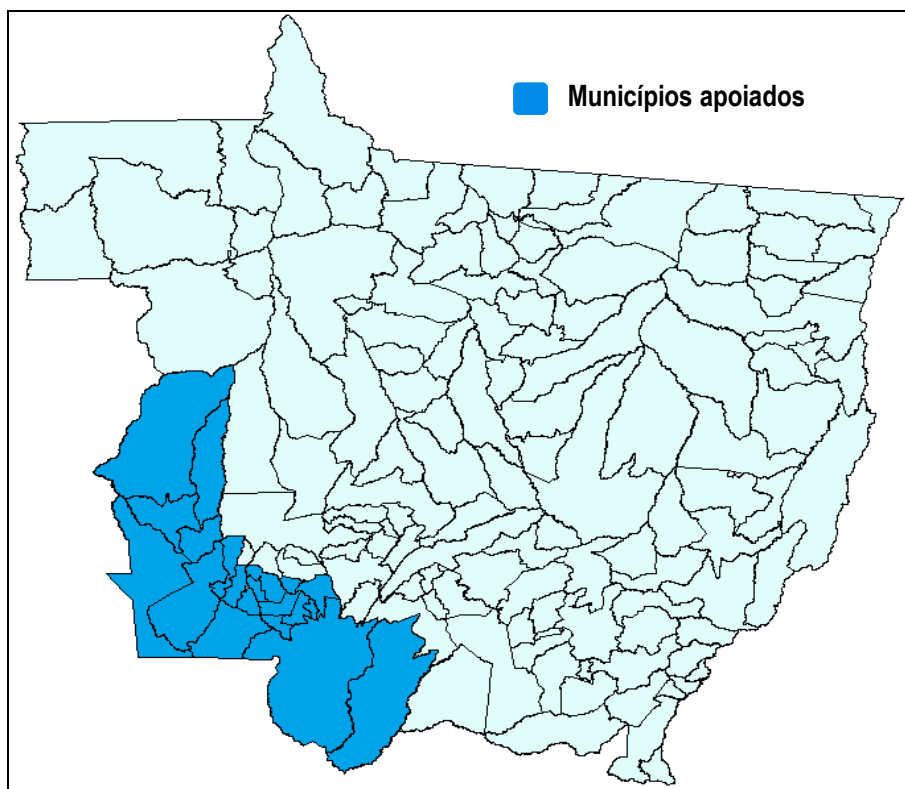


Figura 1: Delimitação territorial do APL de Apicultura de Mato Grosso, 2007.

Entretanto, apenas os municípios de Cáceres, Comodoro, Conquista D'Oeste, Glória D'Oeste, Nova Lacerda, Poconé, Porto Esperidião, Reserva do Cabaçal e Vale de São Domingos apresentaram ICN acima da média de 0,82. Os demais 12 municípios apoiados pelas instituições não possuem especialização na atividade, ou seja, a maioria dos municípios que recebem incentivos não foram selecionados por não apresentarem a apicultura como uma das atividades importantes para sua sócio-economia.

Complementando esta problemática, na Figura 2 pode-se perceber que a distribuição espacial dos municípios com ICN acima da média extrapola as fronteiras regionais em Mato Grosso, apresentando índices acima da média em diversos municípios, localizados nas demais regiões distantes à apoiada pelas instituições.

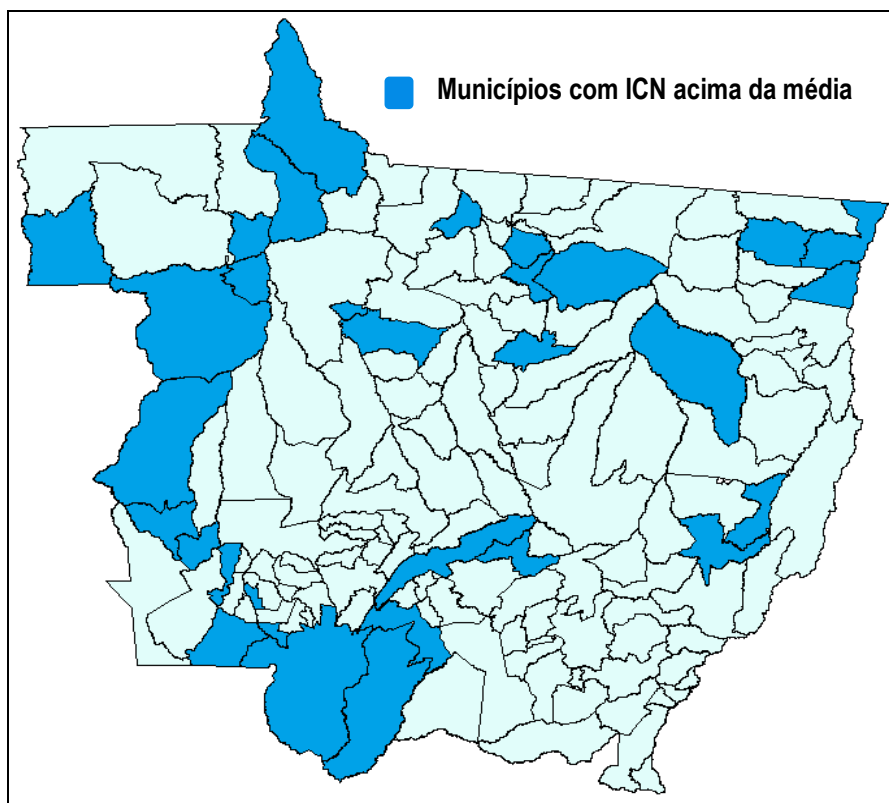


Figura 2: Municípios com Atividade Apícola acima da Média em Mato Grosso, 2007.

Na verdade, a atividade apícola apresenta-se com indicadores acima da média em um corredor que vai do Sudoeste ao Norte, além de outros poucos espaços distribuídos mais ao centro e a nordeste.

Complementando, a Figura 3 exibe os demais municípios com ICN acima da média em Mato Grosso: Apicás, Carlinda, Castanheira, Confresa, Juína, Juruena, Luciara, Marcelândia, Nossa Senhora do Livramento, Nova Bandeirantes, Nova Brasilândia, Nova Nazaré, Nova Santa Helena, Nova Xavantina, Novo Horizonte do Norte, Porto dos Gaúchos, Querência, Rondolândia, Rosário Oeste, Santa Carmem, Santa Terezinha e Terra Nova do Norte. Trata-se de locais onde a atividade apícola apresenta um nível de especialização acima da média, contudo, não recebe o devido apoio institucional disponibilizado ao APL, configurando em espaços denominados vazios de políticas.

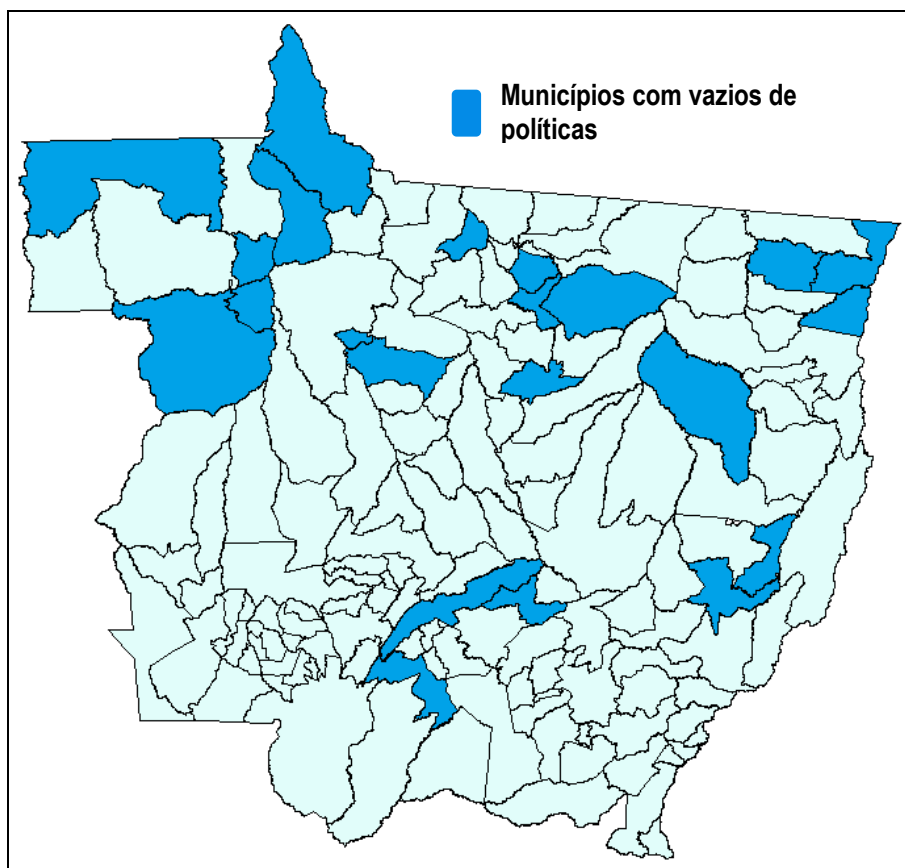


Figura 3: Municípios com Atividade Apícola acima da Média que não recebem apoio em Mato Grosso, 2007.

Todas estas inconsistências registradas na destruição espacial do APL apícola em relação distribuição efetivada por meio do ICN são perfeitamente compreensíveis, dado a falta de critérios adequados para a delimitação de seus espaços pelo SEBRAE. Neste contexto, o mapeamento revelou que as instituições Mato-grossenses, que formam o grupo de apoio ao APL, estão canalizando esforços para desenvolver a referida atividade em espaços onde ela é incipiente ou às vezes inexistente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise referente aos municípios que integram o arranjo apícola apoiado pelo SEBRAE demonstra que os impactos das ações propostas pelas instituições não surtiram os efeitos definidos pelos projetos e as metas iniciais não foram alcançadas em sua plenitude. A venda continua restrita a região devido a ausência de certificação da inspeção sanitária, fato que inviabiliza a comercialização da produção local, conforme pretendia uma das metas do APL.

Constatou-se que o projeto gerido pelo SEBRAE não atendeu as expectativas dos produtores da região. Apesar de visar a oferta de apoio institucional aos produtores, por meio da consolidação de um arranjo apícola, o projeto se tornou uma tentativa de criação de um APL. Esta afirmativa é antagônica ao conceito definido pela REDESIST, que enumera como APL somente regiões onde houver certa aglomeração territorial de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco no conjunto de atividades que envolvem o produto em questão, apresentando vínculos cooperativos entre si. Estes vínculos são organizados de forma temporal e natural, por meio da paulatina elevação da confiança entre os agentes econômicos, tornando possível a efetivação da cooperação entre os atores do arranjo. Somente a partir da efetividade desta cooperação é que os benefícios gerados pela aglomeração territorial são maximizados e internalizados.

A instalação da Casa do Mel e do Entrepasto, a presença da COAPISMAT e da FEAPISMAT em Conquista D'Oeste, além do aparelhamento da prefeitura municipal aos interesses dos apicultores da região fomentaram a consolidação de Conquista como polo apícola da Região Sudoeste. Esta consolidação acabou por ocasionar uma bipolarização na região, pois, de um lado se tem os apicultores que de alguma forma se encontram vinculados ao polo Cáceres, sede do projeto e do outro, os apicultores vinculados aos interesses de Conquista D'Oeste, muitas vezes conflitantes em relação a sede do projeto.

Estes problemas podem ser apontados como responsáveis pelo baixo crescimento da produção do arranjo, a ponto do não atendimento as projeções iniciais e da não absolvição dos incentivos e benefícios gerados pelo arranjo a alguns municípios que permaneceram sem produzir, ou diminuíram a sua produção.

É possível indicar dois problemas com relação ao projeto: o primeiro refere-se a falha metodológica durante a escolha dos municípios integrantes do APL, o que possibilitou a integração de municípios não especializados e preteriu outros que possuem tal especialização. O segundo refere-se a inclusão de municípios que não produzem mel ao projeto, fato que pode ser entendido como tentativa, por parte da instituição gestora, de incentivar a produção neste municípios. No entanto, este

incentivo caracteriza-se por uma política pública de incentivo produtivo ao setor e não de apoio a um APL.

Com o estudo realizado neste trabalho foi possível analisar a abrangência do projeto de incentivo a produção apícola na Região Sudoeste, ou região pantaneira, gerido pelo SEBRAE. Esta análise permitiu a descoberta de alguns dos motivos do não atendimento das propostas iniciais quando da finalização do projeto, em boa parte impulsionados pelo erro metodológico durante a escolha da base territorial e pela tentativa de “criação” de um APL.

No que se refere aos objetivos propostos, este estudo revelou que, independente das inconsistências relatadas, existe um potencial APL apícola em Mato Grosso, contudo, ele não está restrito à Região Sudoeste e sim proliferado pelo estado todo. Ainda, que o associativismo e cooperativismo são práticas comuns nesta atividade (mesmo não se sabendo o nível de confiança entre os agentes), materializando duas características importantes para a consolidação deste APL.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CROCCO, M. A. et al. Metodologia de Identificação de Arranjos Produtivos Locais Potenciais. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2003. (Texto para discussão, n. 212).

FARIA, Alexandre Magno de Melo, *et al.* Relatório II: Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Norte e Nordeste do Brasil e dos Impactos dos Grandes Projetos Federais em Estados Nordestinos Selecionados. 2009. 87f. Relatório de Projeto de Pesquisa. Universidade Federal de Mato Grosso, 2009.

LASTRES M. M. Helena; Cassiolato, José Eduardo. Novas Políticas na Era do Conhecimento: o foco em arranjos produtivos e inovativos locais. Rio de Janeiro, RedeSist, 2003.

SANTANA, A. C. Arranjos Produtivos Locais na Amazônia: metodologia para identificação e mapeamento. Belém: ADA, 2004. (Texto para discussão, n. 01).

SIGEOR, Sistema de Informação da Gestão Estratégica Orientada para Resultados. Projeto: APL de Apicultura da Região de Cáceres: mel na mesa. Cuiabá: SEBRAE, 2009. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/uf/matogrosso/acesse/projetos/mostra_iframe?iframe=http://www.sigeor2008.sebrae.com.br/projeto.asp?cd_projeto=1181>. Acesso em: 23 de Dezembro de 2009.